

As polícias se tornaram importantes atores políticos no século 21

No passado, golpes de Estado eram praticados pelas FFAA com apoio de setores da sociedade civil. Hoje, as revoltas de policiais têm papel importante nas quedas de governos

Arthur Trindade M. Costa e Renato Sérgio de Lima
19 de novembro de 2019

FOTOARENA/FOLHAPRESS



Militares bolivianos festejam a renúncia do presidente do país, Evo Morales, em La Paz

Ao longo do século 20, as polícias não eram vistas como atores políticos importantes. Embora a atividade policial fizesse parte do cotidiano das pessoas, a participação das polícias nos eventos políticos extraordinários era pouco relevante e/ou vista como linha auxiliar da ação das Forças Armadas. Foram raras as vezes que as polícias lideraram ativamente revoluções, golpes de Estado, crises e conflitos políticos.

Esse cenário mudou significativamente no século 21. Cada vez mais, a atuação das polícias tem sido fundamental para o desfecho dos principais conflitos políticos da nossa época. O posicionamento político dos policiais também tem sido importante para a queda ou manutenção de governos. Definitivamente, as polícias deixaram de ter papel secundário e passaram a ser atores importantes nos regimes políticos atuais.

Isto é especialmente válido nos países da América Latina, onde a violência, o medo e a criminalidade tornaram-se uma das principais preocupações dos eleitores. O sucesso das políticas públicas de segurança tem sido um importante ativo político para prefeitos e governadores. E para isso, é necessária uma boa relação entre governantes e policiais.

Isso ficou claro nas gestões de Antanas Mockus em Bogotá e de Eduardo Campos em Pernambuco. Tanto no caso colombiano quanto no brasileiro, os governantes contaram com apoio das polícias para levar adiante suas bem-sucedidas agendas políticas.

A autonomia funcional das polícias também tem sido essencial para a manutenção dos regimes democráticos. Nos países onde foi possível traçar uma clara distinção entre polícia e governo, a democracia se fortaleceu. Entretanto, nos lugares onde a polícia está a serviço dos governos para perseguir adversários e ajudar aliados, o Estado de Direito é frágil. Além disso, quando as polícias têm autonomia total e agenda própria, sem fiscalização e controle externo, os riscos de ruptura da ordem estão postos. É o que temos verificado na Venezuela, Honduras e Nicarágua, onde as polícias têm sido utilizadas para prender e intimidar dissidentes políticos. E como não há mecanismos de controle da atividade policial e da atuação do Ministério Público, estas prisões ilegais se transformam em processos de exceção. Aliás, não há transparência e auditorias regulares nos dados disponíveis e ainda há várias lacunas de informação sobre as estruturas e padrões de funcionamento das polícias e das demais instituições da área na América Latina (não há, por exemplo, dados atualizados de efetivos policiais em vários países).

País	Nº de policiais	Taxa por 100 mil habitantes	Confiança na polícia (%)*
Argentina	348.766	787,78	38%
Bolívia	38.437	347,75	23%
Brasil	687.684**	325,54	47%
Chile	50.700	276,85	48%
Colômbia	168.615	343,64	47%
Costa Rica	13.455	274,26	51%
Equador	45.015	270,75	46%
El Salvador	23.093	374,46	22%
Guatemala	33.341	196,07	25%
Honduras	22.491	270,81	33%
México	454.574	349,07	19%
Nicaragua	9.749	156,79	21%
Panamá	22.852	564,11	41%
Paraguai	16.233	238,30	34%
Perú	109.611	340,77	32%
República Dominicana	35.177	326,71	24%
Uruguai	23.220	671,68	59%

*O percentual de confiança na polícia se refere à soma dos percentuais dos entrevistados que afirmaram ter muita confiança ou alguma confiança na polícia.

**O número de policiais no Brasil se refere ao efetivo das polícias federais e estaduais.

Fonte: Small Arms Survey, 2017; e Latinobarometro, 2018.

A atuação das polícias no controle dos protestos tem desencadeado crises políticas. Como apontou o sociólogo Manuel Castells, estas manifestações se originam com pequenos protestos contra o sistema bancário, os serviços de transporte, as reformas educacionais, etc. Mas, dada a reação desproporcional das polícias, as manifestações recebem adesão de outros grupos e se transformam num movimento de insatisfação generalizada com graves consequências políticas.

Foi o que aconteceu no Brasil em 2013. A reação violenta da Polícia Militar de São Paulo em um protesto contra o aumento das tarifas dos ônibus desencadeou uma série de protestos em centenas de cidades brasileiras. As manifestações colocaram em xeque o governo de Dilma Rousseff. Neste mês foi a vez do Chile. A violenta repressão policial contra um protesto sobre o aumento das tarifas de metrô levou a uma onda de manifestações. A crise gerada enfraqueceu o governo de Sebastián Piñera, que convocou uma Assembleia Nacional Constituinte.

Outra forma de participação política dos policiais é a eleição de representantes dos seus interesses corporativos. No Brasil, em especial, este fenômeno tem sido cada vez mais frequente. Há alguns anos, temos verificado a eleições de policiais para os mais variados cargos políticos. Nas eleições de 2018, policiais militares e civis foram para o Senado, Câmara dos Deputados e Assembleias Estaduais. Atualmente, a chamada bancada da bala conta com cerca de 32 deputados federais e cinco senadores. Também foram eleitos dois governadores de estado.

No passado, golpes de Estado eram praticados pelas FFAA com apoio de setores da sociedade civil e do setor privado. A situação tem mudado. São cada vez mais frequentes as revoltas de policiais que podem levar à queda de governos. Normalmente a insatisfação salarial e a crise de legitimidade dos governos estão por trás destas revoltas.

No início desse mês, policiais bolivianos se rebelaram em quase todas as cidades do país. Eles protestavam contra algumas perdas salariais. E também criticavam a polêmica vitória eleitoral do presidente Evo Morales. Após dias de tensão, as Forças Armadas endossaram o movimento dos policiais e exigiram a renúncia de Morales. Em 2010, policiais equatorianos se rebelaram contra o presidente Rafael Correa. O presidente foi detido dentro de uma unidade policial por 11 horas. Os policiais protestavam contra a Lei Orgânica de Serviços Públicos, que eliminava alguns benefícios dos policiais. Correa conseguiu debelar a revolta com ajuda da comunidade internacional.

Hoje o governo do presidente Jair Bolsonaro conta com o apoio quase hegemônico nas fileiras policiais. Assim, se pensarmos que temos cerca de 700 mil policiais e guardas municipais no Brasil; 1,5 milhão de vigilantes privados que também estão suscetíveis ao discurso do atual mandatário do país, e que o IBGE estima que o número médio de filhos em cada família brasileira é de 1,7, teríamos algo como 7,5 milhões de cabos eleitorais potencialmente mobilizados para a defesa das bandeiras governamentais.

Se todos votassem, esse número é equivalente a 5% dos 147,3 milhões de eleitores e indica uma das razões pelas quais o discurso governamental tem tanta aderência em parcelas significativas da população. Enquanto Jair Bolsonaro emular a sensação de que está servindo de porta-voz para as demandas das polícias e os índices criminais se mantiverem sob controle, ele continuará sendo uma força política importante no Brasil. Para além da economia, a pauta policial é o eixo de sustentação do “bolsonarismo raiz”.

E, diante desse fato e do quadro de instabilidade político-institucional da América Latina, a tendência é que as polícias ocupem cada vez mais papel central no cenário político do país e funcionem como fiadoras do sucesso da atual gestão. O problema é que não há um “projeto” policial, mas demandas corporativistas e fluídas de diversas categorias profissionais.

Seja qual for a forma de participação, as polícias se tornaram atores políticos fundamentais e hoje, ao contrário de outras instituições, quase não possuem nenhum tipo de regulação sobre os limites para a atuação de seus integrantes na política. Por tudo isso, compreender suas reivindicações, mapear suas posições e acompanhar suas movimentações são tarefas cada vez mais importantes para analistas, jornalistas, estudiosos e governantes.

Arthur Trindade M. Costa

Professor da Universidade de Brasília e Conselheiro do Fórum Brasileiro de Segurança Pública

Renato Sérgio de Lima

Diretor-presidente do Fórum Brasileiro de Segurança Pública

<https://backup.forumseguranca.org.br/tema-da-semana/template-1-tema-da-semana-pks85-rvi8c-2byah-38qzh>

